

Broto Legal Alimentos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A companhia iniciou 2021, trazendo o compromisso da continuidade das ações iniciadas no ano anterior com foco na administração do momento de pandemia e no crescimento sustentável da empresa, mantendo em sua essência na busca contínua de uma eficiência operacional eficaz e limiar, buscando sempre a rentabilidade da operação em suas ações comerciais, fortalecendo as parcerias com seus clientes e fornecedores e reafirmando a sua presença na vida dos consumidores da marca.

Investimentos na Produção

Como parte de seu plano estratégico a companhia finalizou os três os investimentos iniciados em 2020 na unidade de Touro Passo em Uruguaiana, uma das unidades de beneficiamento de arroz mais modernas e atualizadas do país, onde o primeiro investimento foi a implementação da segunda linha de empacotamento da unidade, duplicando a capacidade da linha para sustentar os planos da empresa para o mercado interno e externo, o segundo foi a otimização do sistema de secagem, trazendo maior eficiência operacional e econômica ao processo e o terceiro foi a construção do moinho da casca do arroz, onde a indústria passou a transformar a casca do arroz em palha moída, sendo que parte desta palha é utilizada para alimentação da caldeira no próprio processo da indústria, e parte pode ser comercializada no mercado.

Marca

A expansão da marca a nível nacional pode ser celebrada em março com o início das vendas da unidade do Maranhão, marcando presença inclusive em grandes redes regionais do Nordeste. Buscando a atualização de sua identidade visual e a conectar ainda mais o consumidor fiel a marca, a empresa revitalizou as suas embalagens, modernizando sua imagem em um layout mais sofisticado e atual, conquistando assim uma maior visibilidade no ponto de venda, como estratégia de comunicação a empresa passou a veicular ação de merchandising das novas embalagens em uma importante emissora de televisão aberta, ainda buscando explorar sua identidade com a qualidade entregue em seus produtos, a empresa lançou sua linha de arrozes gourmets, embalados a vácuo e com uma comunicação voltada para momentos únicos de apreciação do sabor e para promoção destes lançamentos a empresa buscou ações com importantes chefs de cozinha em eventos de comunicação com os principais clientes da companhia.

Alongamento de compromissos financeiros

Como parte do fortalecimento de caixa para preparação para o ano seguinte e melhoria dos indicadores contábeis, a direção realizou um alongamento relevante de seus compromissos bancários com a celebração de uma operação de CDCA, transferindo boa parte de suas obrigações do curto para o longo prazo, melhorando ainda a sua geração de caixa de curto prazo com a diminuição dos compromissos financeiros.

Negócios

Apesar dos resultados atingidos em 2020 e o cenário otimista gerado sobre 2021, o ano se comportou de forma prejudicial ao ramo de arroz que representa 70% das vendas da companhia, a continuidade do COVID19 e suas variantes e o agravamento do mercado internacional com a crise dos fretes marítimos exigiram uma maior habilidade na gestão dos estoques e operacional para se atingir o melhor resultado contábil e financeiro frente a um cenário tão adverso e com tantas variantes envolvidas, ainda que o ano não tenha sido como o planejado, os trabalhos voltados para a redução dos custos e administração dos estoques foram eficazes e diminuíram o impacto sofrido pela redução das margens impostas pelo mercado durante a seguida queda do custo do arroz ao longo do ano.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Broto Legal Alimentos S.A.
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Broto Legal Alimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Broto Legal Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F



Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

Broto Legal Alimentos S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	28.024	81.908
Contas a receber	9	51.061	-
Estoques	10	53.527	83.154
Impostos a recuperar	11	4.682	8.647
Imposto de renda e contribuição social a compensar	12	7.455	8.300
Adiantamento a fornecedores		2.687	6.509
Empréstimos à partes relacionadas	17	7.540	2.190
Outras créditos		4.335	4.396
Total do ativo circulante		159.311	195.104
Não circulante			
Impostos a recuperar	11	15.921	22.636
Imposto de renda e contribuição social a compensar	12	4.585	6.858
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	175	-
Empréstimos à partes relacionadas	17	122	-
Depósitos judiciais	19	20.331	18.241
Total do realizável a longo prazo		41.134	47.735
Imobilizado	13	87.907	93.005
Intangível	14	68.916	78.510
Total do ativo não circulante		197.957	219.250
Total do ativo		357.268	414.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	64.559	107.184
Certificado de registro do agronegócio a pagar	16	131.733	22.018
Empréstimo com partes relacionadas	17	-	3.500
Fornecedores	18	30.276	45.542
Obrigações sociais e trabalhistas		3.613	2.770
Impostos a recolher		7.615	5.944
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	4.992
Provisões diversas		1.411	1.857
Outras obrigações		537	4.196
Total circulante		239.744	198.003
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	69.923	9.661
Certificado de registro do agronegócio a pagar	16	-	131.187
Impostos a recolher		-	302
Provisão para contingências	19	533	522
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	8.847
Total não circulante		70.456	150.519
Patrimônio líquido	21		
Capital social		88.544	88.544
Reserva legal		-	-
Reserva de investimento		3.273	3.273
(-) Prejuízos acumulados		(44.749)	(25.985)
Total patrimônio líquido		47.068	65.832
Total do passivo e patrimônio líquido		357.268	414.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 30 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	22	512.751	482.954
Custo dos produtos vendidos	23	(445.829)	(384.234)
Lucro bruto		66.922	98.720
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas de vendas	23	(50.809)	(47.368)
Despesas administrativas e gerais	23	(27.200)	(24.155)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(870)	(1.758)
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	24	671	69
		(78.208)	(73.212)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(11.286)	25.508
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	25	(21.239)	(22.914)
Receitas financeiras	25	4.870	8.271
		(16.369)	(14.643)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(27.655)	10.865
Corrente	20	(131)	(4.992)
Diferido	20	9.022	(10.597)
Prejuízo do exercício		(18.764)	(4.724)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	<u>(18.764)</u>	<u>(4.724)</u>
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	<u>(18.764)</u>	<u>(4.724)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros/(prejuízos) investimento	Reserva de Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2020	88.544	459	6.773	(21.720)	74.056
Distribuição de dividendos	-	-	(3.500)	-	(3.500)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(4.724)	(4.724)
Absorção de prejuízo pela reserva legal	-	(469)	-	-	(459)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	88.544	-	3.273	(25.985)	65.832
Prejuízo do exercício	-	-	-	(18.764)	(18.764)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	88.544	-	3.273	(44.749)	47.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(18.764)	(4.724)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	13 e 14	18.002	20.273
Provisões		(448)	1.478
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	870	1.758
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	13 e 14	740	227
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	20	(9.022)	10.597
Juros e variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15 e 16	15.146	11.150
		6.524	40.759
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber		(51.931)	50.687
Estoques		29.627	(35.661)
Impostos a recuperar		10.680	(7.538)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.118	4.637
Depósito judicial		(2.090)	(1.839)
Adiantamento a fornecedores		3.822	6.730
Fornecedores e outras obrigações		(18.924)	32.586
Impostos a recolher		1.369	2.171
Obrigações sociais e trabalhistas		843	(110)
Variação nos outros ativos e passivos		60	(7.327)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.992)	-
Caixa e equivalentes de caixa aplicado/gerado nas atividades operacionais		(21.894)	85.095
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	13 e 14	(4.049)	(11.449)
Empréstimos concedido à parte relacionada – Liberação	17	(7.472)	(658)
Empréstimos concedido à parte relacionada - Recebimentos	17	2.000	-
		(9.521)	(12.107)
Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de investimentos		(9.521)	(12.107)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	15 e 16	(14.658)	(12.136)
Captação empréstimos e financiamentos	15	162.578	179.453
Captação de empréstimo com parte relacionada	17	-	43.700
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15	(144.971)	(209.971)
Pagamento de certificados de recebíveis do agronegócios	16	(21.918)	-
Pagamento de empréstimo obtido com parte relacionada	17	(3.500)	(42.200)
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades de financiamentos		(22.469)	(41.154)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(53.884)	31.834
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	10	81.908	50.074
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	10	28.024	81.908
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(53.884)	31.834

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Broto Legal Alimentos S.A. (“Broto Legal” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, tem sua sede localizada na Rua Pedro Stancato, 488 - Campo dos Amarais, Campinas, estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia tem por objeto:

- (i) Importação, exportação, industrialização e comércio de produtos alimentícios em geral;
- (ii) Importação, exportação, e comércio de pescados e frutos do mar;
- (iii) Importação, exportação e comércio de cereais e leguminosas beneficiadas;
- (iv) Importação, exportação e comércio de óleos e gorduras;
- (v) Importação, exportação e comércio de carnes bovinas e suínas e derivados;
- (vi) Importação, exportação, indústria e comércio de produtos do arroz;
- (vii) Beneficiamento de arroz;
- (viii) Industrialização por terceiros de produtos de mandioca, milho e seus derivados, tais como, mas não se limitando á farinha, farofa, amido, fécula, fécula hidratada;
- (ix) Beneficiamento de produtos industrializados da mandioca, milho e seus derivados, tais como, mas não se limitando á farinha, farofa, amido, fécula, fécula hidratada; e
- (x) Participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional

A Companhia apresenta prejuízos nos períodos de 31 de dezembro de 2021 e 2020, no montante de R\$ (18.764) e R\$ (4.724) respectivamente. A Companhia registrou aumento no

faturamento, porém não conseguiu repassar os custos para obtenção da margem de contribuição projetada, diante do movimento do mercado, principalmente no produto arroz. No período, houve uma redução no lucro bruto de R\$ 31.798. O LAIR apresentou um prejuízo de R\$ (27.655) em 2021 contra um lucro de R\$ 10.865 em 2020.

Apesar de ter apresentado prejuízo no ano a Companhia projeta resultados positivos para o próximo período. Os projetos da atual gestão estão sendo aperfeiçoados para melhora do desempenho da Companhia.

A Companhia apresenta fluxo de caixa operacional negativo no período no montante de R\$ (21.894), (R\$ 85.095 positivo em 31 de dezembro de 2020), patrimônio líquido positivo no montante de R\$ 47.068 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 65.832 em 31 de dezembro de 2020), e capital circulante líquido negativo de R\$ 80.433 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.899 negativo em 31 de dezembro 2020).

Após o primeiro ano da pandemia, onde a Companhia sofreu como forte aumento nos custos e nos preços de venda, o ano de 2021 sofreu o impacto do reposicionamento destes valores, operando durante todo o ano na decrescente. Este movimento do mercado de arroz teve um impacto negativo significativo nas margens da Companhia.

A Companhia entende que o movimento de declínio dos preços teve seu pico em novembro de 2021 e o início de 2022 está sendo projetado para um equilíbrio e estabilização dos custos de reposição de matéria-prima e para os preços de venda, possibilitando assim a recuperação das margens perdidas em 2021. Por esses fatores, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 9** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda.

- **Notas explicativas 19** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 20** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 26).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota explicativa 26 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

6 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio calculada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no encerramento do exercício.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte nas disposições do instrumento.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou um passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado pelo VJR (valor justo por meio do resultado), de custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo é mensurada inicialmente pelo preço da transação.

(ii) Classificação e mensuração subsequentes

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado e mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ao VJR (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, a menos que a Companhia modifique o modelo de negócios para a administração dos ativos financeiros. Nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período do balanço subsequente à modificação no modelo de negócio.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições abaixo e não for designado como mensurado ao VJR:

- Se for mantido em um modelo de negócio cuja finalidade seja para manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa apenas relacionados com o pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições abaixo e não for designado como mensurado ao VJR:

- For mantido em um modelo de negócio cuja finalidade seja atingida pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa apenas relacionados com o pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação de modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação da finalidade do negócio no qual um ativo financeiro é mantido na carteira, uma vez que isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é administrado, e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem as políticas e metas estabelecidas pela carteira e a operacionalização prática dessas políticas. Elas incluem a questão de se a estratégia da administração se concentra em obter receitas de juros contratuais, mantendo um certo perfil de taxa de juros, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração dos passivos relacionados ou das saídas de caixa esperadas, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos :

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia.
- Riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e dos ativos financeiros mantidos no modelo de negócio) e a forma como esses riscos são administrados;
- Como os gerentes comerciais são remunerados - por exemplo, se a remuneração tem por base o valor justo dos ativos administrados ou os fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A taxa de vendas, volume e período de vendas de ativos financeiros em períodos anteriores, os motivos para essas vendas e expectativas de vendas futuras.

Transferências de ativos financeiros a terceiros em transações não qualificadas para o desreconhecimento não são consideradas vendas, o que é consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados com um desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação se os fluxos de caixa contratuais representam apenas pagamentos do principal e juros

Para fins de avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. “Juros” é definido como uma contraprestação pelo valor em dinheiro no momento e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como para a margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais dos instrumentos para avaliar se fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia modificar o prazo ou valor dos fluxos de caixa contratuais para que ele não atenda essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera o seguinte:

- Eventos contingentes que modificam o valor ou período dos fluxos de caixa;

- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pagamento antecipado e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, com base no desempenho de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros ao VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, acrescido de receita de juros ou dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. Receita de juros, variação cambial ativa e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda de desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio de resultado se for classificado como mantido para negociação, se for um derivativo ou atribuído como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, mais juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros. Despesa com juros, e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda de desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais ao recebimento de fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e recompensas da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém todos os riscos de titularidade e recompensas dos ativos financeiros e também não detém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liberadas, canceladas ou expiradas. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes se um novo passivo financeiro com base nos termos alterados for reconhecido ao valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo os ativos transferidos que não passam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem um direito legalmente exequível de compensar e existir a intenção de liquidar em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. *Estoques*

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio de aquisição. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

d. *Ativo Imobilizado*

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos em condições de utilização para o uso pretendido, os custos de desmontar e remover os itens e restaurar o local onde eles estão localizados.

O software comprado que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento relacionado é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do ativo imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do ativo imobilizado.

O ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é determinado pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, e é reconhecido líquido dentro de outras receitas/outras despesas no resultado. Quando ativos revalorizados são vendidos, qualquer montante relacionado incluído na reserva de reavaliação é transferido para os lucros acumulados.

Custos subsequentes

O custo de substituição de um componente de um item do ativo imobilizado é reconhecido no valor contábil do item se for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados ao componente fluirão para a Companhia, e seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil do componente substituído é baixado. Os custos do uso rotineiro do ativo imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é baseada na vida útil dos ativos. Componentes significativos de um ativo individual são avaliados e, se um componente tiver uma vida útil que seja diferente do restante desse ativo, esse componente é depreciado separadamente.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear de cada componente de um item

do ativo imobilizado.

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil estimada, que é embasada em suas práticas e experiência anterior e refletem a vida econômica desses ativos.

A depreciação é baseada na avaliação interna da Companhia, que calculou as vidas úteis conforme descrito na nota explicativa 13.

e. Ativos intangíveis

Declarados ao custo de aquisição ou formação, menos amortização, que é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o período de contribuição de tais ativos intangíveis. Na data do balanço, quando necessário, esses ativos sofrem perdas por redução ao valor recuperável e uma provisão é reconhecida.

f. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 360 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.
- A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao acionista em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados em cada data de apresentação para avaliar se há indícios de perda por redução ao valor recuperável. Se tal indício existir, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e a base tributável correspondente utilizada na apuração do lucro real, incluindo o saldo dos prejuízos fiscais, quando aplicável. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais transportados, na medida em que seja provável que o lucro real esteja disponível contra o qual as diferenças

temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais transportados possam ser utilizados.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado no final de cada período de balanço e reduzido na medida em que não é mais provável que o lucro real suficiente estará disponível para permitir que todo ou parte do ativo seja recuperado.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, e é provável que a Companhia seja obrigada a honrar tal obrigação, e uma estimativa confiável pode ser feita no montante da obrigação. O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contraprestação necessária para liquidar a obrigação ao final do período de relatório, levando-se em conta os riscos e incertezas em torno da obrigação.

i. Receita

A Companhia reconhece suas receitas seguindo as 5 etapas trazidas pelo CPC 47, que resumidamente consistem em:

(i) Identificação do contrato

Esta etapa consiste em identificar o contrato ou contratos para fornecimento de bens ou serviços para os clientes, que podem ser escritos, verbais ou implícitos de acordo com as práticas comerciais usuais da entidade. Outro ponto relevante é que contrato de cliente precisa atender também 4 critérios:

- (a) reconhecimento da contraprestação é provável;
- (b) o contrato tem que possuir substancia comercial;
- (c) poder identificar os direitos aos bens ou serviços e condições de pagamentos; e
- (d) um contrato existe se as partes estão comprometidas com suas obrigações, ou seja, se foram aprovadas

(ii) Identificação das obrigações de desempenho descritas no contrato

Nesta etapa, a entidade identifica todos bens e serviços prometidos e avalia se esses bens e serviços constituem obrigações de desempenho separadas, ou seja, com múltiplos entregáveis. Se esses bens ou serviços são distintos, as promessas são obrigações de desempenho e são contabilizados separadamente. Para avaliação da existência ou não de bens distintos utiliza-se dois critérios. O primeiro critério diz respeito ao benefício que o cliente pode ter por conta própria ou em conjunto com recursos que já estão prontos e disponível para ele. O segundo critério que deve ser observado é a identificação separada de cada uma das promessas descritas no contrato.

(iii) Determinação do preço da transação

Nesta etapa determina-se o montante que uma entidade tem direito em troca da transferência de bens e serviços para um cliente excluindo os valores cobrados em nome de terceiros, como alguns impostos sobre vendas por exemplo. A contraprestação prometida em um contrato pode incluir valores variáveis, fixos, ambos ou uma contraprestação que não seja dinheiro. A contraprestação variável leva em conta: descontos, créditos, concessões de preço, devoluções, bônus, outros incentivos comerciais.

Para determinação do valor é necessário considerar o risco de retorno da receita, determinar se a contraprestação representa uma redução do preço de transação, pagamento de bem ou serviço distinto ou uma combinação dos dois. Além disso, na contraprestação não monetária, se razoavelmente estimável, esta deverá ser mensurada pelo valor justo, caso não se utiliza o preço de venda e para os contratos com financiamentos significativos a entidade deve refletir o valor do dinheiro ao longo do tempo e ajustar o valor prometido.

(iv) Alocação do preço da transação

Nesta etapa, após definição do preço da transação, deverá alocar esse preço a cada obrigação de desempenho que foi identificada na segunda etapa prevista na norma na proporção do seu preço de venda independente, que pode ser entendido como um preço observável de vendas do bem ou serviço para clientes em situação semelhante.

(v) Reconhecimento da receita

A receita de uma venda deve ser reconhecida quando a entidade vendedora cumpre sua obrigação de desempenho pela transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente. A norma esclarece que ativos são transferidos ao cliente quando (ou na medida em que) o cliente obtém controle sobre o ativo, ou seja, quando o cliente tem a capacidade de direcionar seu uso e obter os benefícios remanescentes do ativo. Portanto, quando o cliente obtém o controle do ativo objeto do contrato de venda, a obrigação de desempenho é satisfeita e a receita passa a ser reconhecida.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre investimentos de curto prazo e ganhos de variação cambial.

As despesas financeiras abrangem juros sobre empréstimos/financiamentos e perdas de variações cambiais.

k. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).

- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	2.274	20.231
Aplicações	25.750	61.677
	28.024	81.908

As aplicações financeiras correspondem a investimentos temporários indexados à variação do CDI. As taxas pactuadas remuneram esses investimentos em aproximadamente 100% da variação do CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento sem qualquer ônus para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia registrou antecipação de recursos através de operações financeiras de duplicatas descontadas.

9 Contas a receber

As contas a receber são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, quando aplicável.

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber mercado interno	58.768	30.132
Contas a receber mercado externo	2.973	7.326
Contas a receber cedidos para bancos sem coobrigação (a)	(3.019)	(30.430)
Descontos concedidos	(2.697)	(2.934)
Provisão para perdas estimadas de créditos	(4.964)	(4.094)
	51.061	-

- (a) A Companhia cedeu contas a receber de clientes para bancos para antecipar seu fluxo de caixa. Este contas a receber de clientes não foi desreconhecido do balanço, pois a Companhia reteve substancialmente todos os riscos e benefícios dos recebíveis, principalmente o risco de crédito. O valor recebido na transferência foi reconhecido como operação sem coobrigação. O acordo com o banco é de que os clientes continuem a remeter o caixa para a Companhia, e a Companhia transfira os montantes recebidos para o banco.

Os recebíveis são considerados dentro de um modelo de negócio mantido para recebimento consistente com o reconhecimento contínuo dos recebíveis pela Companhia.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	53.405	29.949
Vencidos:		
Entre 1 a 30 dias	323	2.057
Entre 31 a 90 dias	268	3.522
Entre 91 a 180 dias	350	1.086
Entre 181 a 365 dias	2.777	1.153
Há mais de 365 dias	4.618	3.691
	61.741	37.458

A Administração constitui, quando necessário, provisão para perdas estimadas de créditos em montante considerado suficiente para fazer jus as prováveis perdas na realização do saldo de contas a receber.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Saldos em 1 de janeiro de 2020	(2.336)
Reversão de provisão	201
Constituição de provisão de perda	(1.959)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(4.094)
Reversão de provisão	2.298
Constituição de provisão de perda	(3.168)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(4.964)

10 Estoques

	31/12/2021	31/12/2020
Mercadoria para revenda	60	2.230
Matéria prima	28.315	44.632
Estoques em poder de terceiros	1.477	434
Produto acabado	19.715	30.191
Estoque embalagens	3.507	3.292
Estoque em trânsito	-	1.936
Outros	453	439
	<u>53.527</u>	<u>83.154</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Administração da Companhia não identificou fatores que justificassem a necessidade de registro de provisão para perdas nos estoques ou para perdas na realização.

11 Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
PIS e COFINS (a)	12.820	21.461
Imposto de renda retido na fonte	19	129
ISS	3	3
INSS	40	40
ICMS (b)	7.692	9.621
ICMS-ST	29	29
	<u>20.603</u>	<u>31.283</u>
Imposto a recuperar circulante	4.682	8.647
Imposto a recuperar não circulante	15.921	22.636
	<u>20.603</u>	<u>31.283</u>

- a) PIS e COFINS – Durante o ano de 2021 a Receita Federal do Brasil liberou a restituição de R\$ 9.780 referente às apurações de 2018 a 2020, o que reduziu o saldo de crédito.
- b) ICMS – O uso do regime especial na importação de arroz tem beneficiado a Companhia a reduzir o saldo acumulado de ICMS.

12 Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social a compensar

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	8.000	11.239
Constituição social sobre o lucro líquido	<u>4.040</u>	<u>3.919</u>
	<u>12.040</u>	<u>15.158</u>
Circulante	7.455	8.300
Não circulante	<u>4.585</u>	<u>6.858</u>
	<u>12.040</u>	<u>15.158</u>

A redução do imposto de renda foi a compensação da Contribuição Social e do Imposto de Renda apurado em 2020 e compensado em março de 2021.

13 Imobilizado

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamento de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo em 1 de janeiro de 2020	4.857	38.913	73.576	1.681	1.124	1.131	121.282
Depreciação em 1 de janeiro de 2020	-	(3.582)	(24.526)	(1.149)	(667)	(756)	(30.680)
Imobilizado em 1 de janeiro de 2020	4.857	35.331	49.050	532	457	375	90.602
Adições	-	2.283	8.797	102	50	135	11.367
Baixas	-	(103)	(174)	(10)	-	-	(287)
Depreciações	-	(2.050)	(6.291)	(196)	(69)	(131)	(8.737)
Baixas de depreciações	-	-	57	3	-	-	60
Transferências	-	(742)	742	-	-	-	-
Custo em 31 de dezembro de 2020	4.857	39.711	82.941	1.773	1.174	1.266	131.722
Depreciação em 31 de dezembro de 2020	-	(4.992)	(30.760)	(1.342)	(736)	(887)	(38.717)
Imobilizado em 31 de dezembro de 2020	4.857	34.719	52.181	431	438	379	93.005
Adições	-	1.435	2.234	31	31	255	3.987
Baixas	-	-	(490)	(28)	(3)	(255)	(776)
Depreciações	-	(1.428)	(6.555)	(161)	(71)	(130)	(8.345)
Baixas de depreciações	-	-	14	22	-	-	36
Transferências	-	(50)	30	20	-	-	-
Custo em 31 de dezembro de 2021	4.857	41.097	84.715	1.796	1.202	1.266	134.933
Depreciação em 31 de dezembro de 2021	-	(6.420)	(37.301)	(1.481)	(807)	(1.017)	(47.026)
Imobilizado em 31 de dezembro de 2021	4.857	34.677	47.414	315	395	249	87.907
Taxa média de depreciação anual %	-	4%	10%	20%	10%	20%	

14 Intangível

	Softwares	Marcas	Acordo de não competição	Carteira de clientes	Goodwill (a)	Total
Intangível em 31 de dezembro de 2019	388	28.613	370	2.655	57.936	89.962
Adições	84	-	-	-	-	84
Incorporação de controladora	-	-	-	-	-	3
Amortizações	(109)	(9.034)	(117)	(2.276)	-	(11.536)
Total Custo	799	45.176	584	6.827	57.936	111.322
Total Amortização acumulada	(436)	(25.597)	(331)	(6.448)	-	(32.812)
Intangível em 31 de dezembro de 2020	363	19.579	253	379	57.936	78.510
Adições	63	-	-	-	-	63
Amortizações	(127)	(9.034)	(117)	(379)	-	(9.657)
Total Custo	862	45.176	584	6.827	57.936	11.385
Total Amortização acumulada	(563)	(34.631)	(448)	(6.827)	-	(42.469)
Intangível em 31 de dezembro de 2021	299	10.545	136	-	57.936	68.916
Taxa média de amortização anual %	20%	20%	20%	33%	-	

(a) **Combinação de negócios**

	31/12/2020	Amortização	31/12/2021
Marcas	19.579	(9.034)	10.545
Ativo imobilizado	25.805	(2.528)	23.277
Ativo intangível	77	(35)	42
Carteira de clientes	379	(379)	-
Acordo de não competição	253	(117)	136
	<u>46.093</u>	<u>(12.093)</u>	<u>34.000</u>

Em 28 de fevereiro de 2018 a Cinel Alimentos Comércio, Importação e Exportação S.A. (“Cinel”) concluiu a aquisição da Broto Legal de seus acionistas. Pelo contrato de compra e venda de quotas, o vendedor transferiu 100% das ações pelo valor de R\$208.202 para a Cinel. O valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data de aquisição em 28 de fevereiro de 2018 foi o seguinte:

Contas a receber	24.294
Estoques	30.113
Outros créditos	8.727
Depósitos judiciais	12.728
Imobilizado	15.362
Empréstimos e financiamentos	(1.069)
Fornecedores	(2.529)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.080)
Impostos a recolher	(1.922)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(5.659)
Outras obrigações	(2.719)
Valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos, líquidos	<u>56.577</u>
Ativo adquirido líquido de caixa	131.823
Caixa e equivalentes de caixa	<u>18.443</u>
Ativo líquido adquirido	<u>150.266</u>
Valor de compra	<u>208.202</u>
Ágio	<u>57.936</u>

O preço total de compra para a aquisição da Broto Legal foi alocado com base no valor justo estimado dos ativos adquiridos e passivos assumidos. O valor estimado líquido na data de aquisição foi de R\$56.577, atribuído da seguinte forma:

Imobilizado	33.141
Marcas	45.171
Carteira de clientes	6.827
Acordo de não competição	<u>584</u>
Total	<u>85.723</u>
Impostos diferidos passivos, líquido	<u>(29.146)</u>
Valor Líquido	<u>56.577</u>

(b) Amortização do intangível

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

- marcas e patentes	5 anos
- carteira de clientes	3 anos
- acordo de não competição	5 anos

14.1 Testes do ágio para verificação de impairment

O valor recuperável foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC. O valor contábil da UGC apurada através de laudo de teste de recuperabilidade de ativos realizado na data base 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 272.500 e, portanto, nenhum ajuste para redução ao valor recuperável foi necessário.

A taxa de desconto é uma taxa antes dos impostos baseada nos títulos públicos de 10 anos emitidos no mercado relevante e na mesma moeda que os fluxos de caixa projetados, ajustada por um prêmio de risco que reflete os riscos adicionais de investimentos em ações e o risco sistemático específicos da UGC.

Cinco anos de fluxos de caixa foram incluídos no modelo de fluxo de caixa descontado. Uma taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada pelo menor entre o produto interno bruto (PIB) nominal e a taxa composta anual de longo prazo de crescimento do LAJIDA projetada pela Administração.

O LAJIDA projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração a experiência passada, ajustado para o crescimento previsto da receita. O crescimento da receita foi projetado levando-se em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas estimado e o aumento dos preços para os próximos cinco anos. Presume-se que os preços de venda aumentem a uma margem constante acima da inflação prevista para os próximos cinco anos, em linha com informações obtidas a partir de corretores externos que publicam uma análise estatística das tendências de mercado de longo prazo.

15 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Instituição	Taxa de juros a.a.	Vencimento final	31/12/2021						
				31/12/2020	Captação	Juros e variação cambial incorridos	Pagamento de juros	Amortização	31/12/2021	
Crédito Rural	Banco do Brasil	6,4% à 8,8%	02/12/2022	-	24.000	669	(20)	(500)	24.149	
FINAME	Bancos Itaú, BRD, Santander, e Bradesco	3,0% à 8,4%	17/04/2023	1.073	-	84	(87)	(488)	582	
Capital de Giro	Banco do Brasil, Alfa, CCB,PINE,CEF	130% à 139% CDI	10/01/2022	98.830	71.400	5.727	(6.831)	(129.834)	39.292	
ACC	Banco do Brasil	4,2% à 7,25%	23/12/2023	10.787	10.906	796	(539)	(12.216)	9.734	
Leasing	Banco do Brasil	4,20%	15/06/2024	6.155	-	222	(126)	(1.660)	4.591	
Conta Garantida	Banco Daycoval	3,50%	31/03/2022	-	272	55	(54)	(273)	-	
CDCA	Banco do Brasil	100% CDI	25/11/2026	-	56.000	133	-	-	56.133	
Total				116.845	162.578	7.686	(7.657)	(144.971)	134.482	
Circulante				107.184						64.559
Não Circulante				9.661						69.923

Modalidade	Instituição	Taxa de juros a.a.	Vencimento	01/01/2020						
				01/01/2020	Captação	Juros e variação cambial incorridos	Pagamento de juros	Amortização	31/12/2020	
Crédito Rural	Banco do Brasil	7,5% à 8,5% ou 103% CDI	18/12/2020	12.467	17.500	1.104	(1.571)	(29.500)	-	
FINAME	Bancos Itaú, BRD, Santander, e Bradesco	3,0% à 8,4%	17/04/2023	1.645	-	109	(111)	(570)	1.073	
Capital de Giro	Banco do Brasil, Alfa, CCB,PINE,CEF	130% à 139% CDI	10/01/2022	69.080	95.600	3.126	(3.826)	(65.150)	98.830	
ACC	Banco do Brasil	4,2% à 7,25%	23/12/2023	5.466	25.203	1.608	(931)	(20.559)	10.787	
Leasing	Banco do Brasil	4,20%	15/06/2024	6.670	886	338	(276)	(1.463)	6.155	
Duplicatas Descontadas	Bancos Safra, Daycoval e Pyne	0,51% à 0,78%	04/03/2020	52.465	25.288	-	-	(77.753)	-	
Risco sacado	Banco Itaú	0,50%	21/12/2020	-	14.976	-	-	(14.976)	-	
Total				147.793	179.453	6.285	(6.715)	(209.971)	116.845	
Circulante				137.805						107.184
Não Circulante				9.988						9.661

Cláusulas restritivas (Covenants)

Os novos contratos firmados e os anteriores em curso contêm cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) de vencimento antecipado das obrigações. Cláusulas contratuais restritivas de natureza não financeira também estão previstas nos contratos de financiamento, a Companhia monitora de forma constante o adequado cumprimento destas cláusulas, de forma a evitar qualquer vencimento antecipado das obrigações previstas nas cédulas de empréstimos bancários. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 todas as cláusulas foram atendidas pela Companhia.

Garantias

Capital de giro: Os empréstimos estão garantidos através de matéria-prima estocada em imóveis da Companhia localizados na cidade de Campinas e Porto Ferreira-SP, avaliados em R\$ 28.898, imóveis da Companhia avaliados em R\$ 23.405 e aval pessoal do sócio Washington Cinel no valor de R\$ 9.000 e cessão de direitos de duplicatas mercantis no valor de R\$ 18.075.

Finame e Leasing: Os financiamentos e empréstimos destas modalidades estão garantidos pelo próprio bem financiado. Os bens oferecidos como garantia estão avaliados em R\$ 8.531.

ACC: A garantia está amparada pelas vendas de mercadorias realizadas para o mercado externo no valor da dívida em aberto em 31 de dezembro de 2021, R\$ 9.734.

CDCA: Esta é uma linha de crédito para o setor de agronegócio e foi concedida através de garantias de imóveis da Companhia localizados na cidade de Campinas e Porto Ferreira. Os bens oferecidos em garantia são as edificações e benfeitorias registradas no Balanço da Companhia e tem como saldo residual o valor de R\$ 22.305.

16 Certificado de recebíveis do agronegócio a pagar

Em 10 de outubro de 2019 a companhia avisou ao Mercado, através de comunicado publicado no jornal Folha de São Paulo que requereu perante à CVM, em 23 de agosto de 2019, o pedido de registro de distribuição pública dos certificados de recebíveis do agronegócio (“CRA”) da 1ª série da 6ª emissão da intermediadora Isec Securitizadora S.A, inscrita no CNPJ 08.769.451/0001-08, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, em conjunto com o BB Banco de Investimento S.A, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, inscrita no CNPJ 24.933.830/0001-30, para distribuição pública de, inicialmente, até 150.000 (cento e cinquenta mil) CRAs, com valor nominal unitário, na data da emissão de R\$ 1.000 (mil reais), sendo que, este montante foi aumentado, de comum acordo entre a emissora, o coordenador líder BB Banco de Investimento S.A e a Broto Legal Alimentos S.A. fechando a operação em 162.056 (cento e sessenta e dois mil e cinquenta e seis) CRAs, com valor nominal unitário, na data da emissão de R\$ 1.000 (mil reais).

Modalidade	Instituição	Taxa de juros a.a.	Vencimento	31/12/2020	Captação	Juros incorridos	Pagamento de juros	Amortização	31/12/2021
CRA Custos de captação	Banco do Brasil	115% CDI	A partir de abril/2021 até dezembro/2024	162.209	-	7.460	(7.001)	(23.151)	139.517
			dezembro/2024	(9.004)	(13)	-	-	1.233	(7.784)
			Total	153.205	(13)	7.460	(7.001)	(21.918)	131.733
			Circulante	22.018				131.733	
			Não Circulante	131.187				-	

Broto Legal Alimentos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021

Modalidade	Instituição	Taxa de juros a.a.	Vencimento	31/12/2019	Captação	Juros incorridos	Pagamento de juros	Amortização	31/12/2020
CRA Custos de capitação	Banco do Brasil	115% CDI	A partir de abril/2021 até dezembro/2024	162.765	-	4.865	(5.421)	-	162.209
			de dezembro/2024	(9.252)	-	-	-	248	(9.004)
			Total	153.513	-	4.865	(5.421)	248	153.205
			Circulante	-				22.018	
			Não Circulante	153.513				131.187	

Cláusulas restritivas (Covenants)

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui cláusulas restritivas (covenants) de vencimento antecipado das obrigações e não conseguiu atender aos índices financeiros previstos em contrato, por isso reclassificou toda a dívida para o circulante, pois nessa data não tinha como evitar o pagamento dessa dívida.

17 Partes relacionadas

Empréstimos tomados com parte relacionada (a)

	31/12/2020	Juros provisionado	Captação	Incorporação	Amortização	Juros pagos	31/12/2021
Passivo Não Circulante – Empréstimo com parte relacionada Empréstimos Washington Umberto Cinel (acionista)	3.500	-	-	-	(3.500)	-	-

	31/12/2019	Juros provisionado	Captação	Incorporação	Amortização	Juros pagos	31/12/2020
Passivo Não Circulante – Empréstimo com parte relacionada Empréstimos Washington Umberto Cinel (acionista)	2.000	-	43.720	-	(42.200)	-	3.500

Empréstimos cedidos à partes relacionadas (b)

	31/12/2020	Concedido	Recebido	31/12/2021
Ativo Circulante – Empréstimos Empréstimos Lázaro Aparecido Moreto	2.190	350	-	2.540
Empréstimos Washington Humberto Cinel (acionista)		7.122	(2.000)	5.122
	2.190	7.472	(2.000)	7.662

	31/12/2019	Concedido	Recebido	31/12/2020
Ativo Circulante – Outros Empréstimos Empréstimos Lázaro Aparecido Moreto	1.532	658	-	2.190

- (a) O saldo no passivo tem como origem, empréstimo do acionista Washington Umberto Cinel realizado para a Companhia, sem incidência de juros e/ou atualização monetária e sem prazos de vencimento.
- (b) O saldo no ativo trata-se de empréstimos concedidos ao Lázaro Aparecido Moreto e Washington Umberto Cinel durante os exercícios de 2018, 2019, 2020 e 2021, sem cobrança de juros ou atualizações monetárias e sem prazo de vencimento.

Outras transações com partes relacionadas

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante -		
Adiantamento a fornecedores		
Fazenda Washington Umberto Cinel (a)	1.075	1.050
Villa Oliva Rice S.A. (a)	-	2.339
	1.075	3.389
Outros créditos		
Fazenda Washington Umberto Cinel	2.591	2.252
	2.591	2.252
Total do ativo	3.666	5.641
Passivo Circulante - Fornecedores		
Gocil Serv. Vigilância e Segurança LTDA (b)	(45)	(42)
Gocil Serviços Gerais LTDA (b)	(7)	(6)
Villa Oliva Rice S.A. (a)	-	(133)
Fazenda Washington Umberto Cinel (a)	-	(4.446)
	(52)	(4.627)
	31/12/2020	31/12/2020
Resultado – Custos		
Villa Oliva Rice S.A. (a)	(30.972)	(25.601)
Fazenda Washington Umberto Cinel (a)	(111.510)	(28.615)
Total dos Custos	(142.482)	(54.216)
Resultado - Despesas administrativas		
GKX Consultoria LTDA.	(350)	-
Gocil Serv. Vigilância e Segurança LTDA (b)	(677)	(640)
Gocil Serviços Gerais LTDA (b)	(104)	(99)
Total de despesas	(1.131)	(739)

- (a) Saldos referente a compra de matéria prima.
- (b) Saldos referente a prestação de serviços de segurança e vigilância.

Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia referem-se a benefícios de curto prazo, os quais incluem remuneração fixa (salários, férias, 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e remunerações variáveis como participação nos resultados. A remuneração do pessoal chave da administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 592 (R\$ 797 em 2020).

18 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno	30.276	45.409
Mercado externo	-	133
	30.276	45.542

Abertura do saldo por natureza

	31/12/2021	31/12/2020
Compra de ativo imobilizado	125	3.698
Compra de embalagem	311	1.070
Compra de matéria prima	27.987	37.865
Servicos	1.853	2.909
	30.276	45.542

A Companhia reduziu o volume de compra de estoque de matéria-prima no final do ano de 2021. Como o mercado apresentou um cenário de oferta melhor que o ano de 2020, onde o produtor, na expectativa de melhores preços segurou a venda no final do ano, a Companhia não enxergou necessidade de realizar compras maiores como foi realizada no final de 2020. Outro ponto que fez com que a dívida com fornecedores fosse menor que a de 2020 foi o fato de não ter compras com prazos maiores, estratégia adotada no final do ano de 2020 para dar mais liquidez no negócio.

19 Provisão para contingências e depósitos judiciais

Baseada em informações de seus assessores jurídicos sobretudo da esfera tributária, a Administração da Companhia mantém provisão para contingências em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 533 (R\$ 522 em 2020).

	2021				2020	
	Saldo Inicial	Adições	Atual. monetária	(Baixa)	Saldo	Saldo
Trabalhistas	99	61	-	-	160	99
Cível	-	15			15	
Tributário (Funrural)	423	-	-	(66)	357	423
	522	76	-	(66)	533	522

	2020				2019	
	Saldo Inicial	Adições	Atual. monetária	(Baixa)	Saldo	Saldo
Trabalhistas	-	99	-	-	99	-
Tributário (Funrural)	418	-	5	-	423	418
	418	99	5	-	522	418

Depósitos judiciais

	2021				2020	
			Atual. monetária			
	Saldo Inicial	Adições		(Baixa)	Saldo	Saldo
Cíveis	-	-	-	-	-	-
Tributário (Funrural)	18.241	1.715	643	(145)	20.331	18.241
	<u>18.241</u>	<u>1.715</u>	<u>643</u>	<u>(145)</u>	<u>20.331</u>	<u>18.241</u>
	2020				2019	
			Atual. monetária			
	Saldo Inicial	Adições		(Baixa)	Saldo	Saldo
Cíveis	133	-	1	(134)	-	133
Tributário (Funrural)	16.269	1.621	351	-	18.241	16.269
	<u>16.402</u>	<u>1.621</u>	<u>352</u>	<u>(134)</u>	<u>18.241</u>	<u>16.402</u>

O FUNRURAL é uma contribuição social que substitui a cota patronal do encargo previdenciário, acrescido do percentual dos Riscos Ambientais do Trabalho - RAT, sendo para o segurado especial o custeio de sua previdência para aposentadoria e outros benefícios junto a Previdência Social. A alíquota do FUNRURAL conforme nova redação dada pela Lei nº 13.606/2018, publicada em 10/01/2018, é de 1,5%, sendo 1,2% para o INSS e 0,1% para o RAT, além da contribuição de 0,2% ao SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, criada pela Lei 8.315/91, que apesar de possuir natureza jurídica distinta do FUNRURAL, também é calculada sobre o valor da comercialização da produção e recolhida na mesma GPS - Guia da Previdência Social. A cobrança da contribuição ao FUNRURAL se dá pelo regime de substituição tributária, sendo retido o percentual a pagar ao produtor rural e repassada ao Fisco pelos adquirentes da produção.

Anteriormente à publicação da nova lei em 10/01/2018, a alíquota da contribuição era de 2,1%, sendo 2,0% para INSS e 0,1% para RAT, além da contribuição de 0,2% ao SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

A exigibilidade da contribuição ao FUNRURAL foi questionada em juízo, dentre outros motivos, porque o produtor rural pessoa física com empregados era onerado desproporcionalmente com o referido regime de contribuição, diferentemente do produtor sem empregados que possui regime previsto no artigo 195, § 8º, da Constituição Federal, assim como os produtores pessoa jurídica com regime previdenciário distinto, em contrariedade aos princípios erigidos pela Constituição Federal de 1988, especialmente o da isonomia, que buscam preservar a identidade de benefícios, serviços prestados e unicidade de incidências, que somente podem ser excepcionadas pela própria Carta Maior.

Por meio do Recurso Extraordinário nº 363.852, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou inconstitucional a exigência da contribuição ao FUNRURAL para pessoas físicas,

determinada pelo artigo 1º, da Lei nº 8.540/92, que alterou a Lei nº 8.212/91, por entender que a contribuição previdenciária do FUNRURAL foi instituída por uma lei ordinária e não por uma lei complementar, como deveria ter ocorrido, e que o contribuinte estava compelido a recolher duas contribuições com a mesma destinação.

No entanto, em razão da edição da Emenda Constitucional 20/1998 - que deu nova redação ao art. 195, I, da CF - a questão voltou ao STF e em março de 2017, a Corte decidiu pela constitucionalidade formal e material da contribuição social do empregador rural pessoa física, instituída pela lei 10.256/01, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização de sua produção (RE 718.874).

Contudo, apesar da decisão desfavorável proferida no RE 718.874, o processo da Companhia está suspenso em razão da repercussão geral conhecida no RE 761.263, ainda pendente de julgamento, que trata do regime aplicável particularmente aos segurados especiais. O referido recurso irá analisar os efeitos a eles aplicáveis do reconhecimento da inconstitucionalidade dos dispositivos da Lei 8.212/91, e eventuais efeitos repristinatórios; se há, ou não, inconstitucionalidade integral da redação originária do art. 25 da Lei 8.212/91 (para segurados especiais e empregadores rurais), por desvirtuamento da base de cálculo fixada no art. 195, § 8º, da Constituição Federal; e caso se reconheça a ausência de identidade entre receita bruta proveniente da comercialização de sua produção e resultado da comercialização da produção, a verificação de constitucionalidade da criação de nova fonte de custeio da Previdência Social por meio de lei ordinária anterior à EC 20/98, cobrada dos segurados especiais, por violação aos artigos 154, I, e 195, I, § 4º da Constituição.

Sendo assim, a Companhia efetua os depósitos judiciais para os fornecedores que não possuem liminar, para os que possuem liminar a Companhia não efetua os depósitos respaldada pela explicação supracitada.

Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2021, existem processos no montante de R\$ 46.491 (R\$ 16.168 em 2020), referente a ações fiscais, trabalhistas, cíveis e tributárias consideradas como probabilidade de perda “possível” do qual as normas contábeis não requerem provisões.

20 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da taxa efetiva

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(27.655)	10.865
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	-	3.694
Prejuízo fiscal a compensar / Base negativa da contribuição social	8.493	(7.177)
Valor justo da combinação de negócio (c)	4.111	(4.756)
Ágio na combinação de negócio	(3.940)	(9.193)
Outras adições/exclusões, líquida	227	1.843
Despesas com imposto de renda e contribuição social	8.891	(15.589)
Impostos de renda e contribuição social – correntes	(131)	(4.992)
Impostos de renda e contribuição social - diferidos	9.022	(10.597)
Total	8.891	(15.589)
Taxa efetiva	-32%	-143%

b. Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos para refletir os efeitos fiscais futuros sobre as diferenças temporárias existentes entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, calculados à alíquota fiscal combinada de 34%, conforme segue:

	31/12/2021		Movimentação		31/12/2020	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.964	4.964	870	870	4.094	4.094
Provisões para contingências tributárias	358	358	(65)	(65)	423	423
Provisões para contingências trabalhistas	160	160	61	61	99	99
Provisões para contingências cíveis	15	15	15	15	-	-
Outras provisões	2.027	2.027	170	170	1.857	1.857
Valor justo da combinação de negócio (i)	(33.996)	(33.996)	12.093	12.093	(46.088)	(46.088)
Ágio (goodwill)	(38.624)	(38.624)	(11.587)	(11.587)	(27.037)	(27.037)
Prejuízo fiscal / Base negativa	65.638	65.535	24.980	24.980	40.658	40.555
Total da base para imposto de renda/contribuição social	542	439	26.536	26.536	(25.994)	(26.097)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	136	39	6.634	2.388	(6.498)	(2.349)
Saldo de imposto de renda e contribuição social diferido	175		9.022		(8.847)	

Baseada em seu histórico de realização e nas projeções de resultado futuro, a Companhia estima gerar lucro tributável superior ao saldo de impostos diferidos ativos nos próximos cinco anos.

c. Valor justo da combinação de negócio (a)

	31/12/2021	Amortização	31/12/2020
Marcas	10.545	(9.034)	19.579
Ativo imobilizado	23.277	(2.528)	25.805
Ativo intangível	42	(35)	77
Carteira de clientes	-	(379)	379
Acordo de não competição	136	(117)	253
	34.000	12.093	46.093

(c) Veja mais detalhes na nota explicativa 2 sobre combinação de negócio.

21 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado está representado por 90.481.265 ações ordinárias e 913.952 ações preferenciais, e estão assim distribuídas:

	Tipo de ações	31/12/2021		31/12/2020	
		Quantidade	Participação	Quantidade	Participação
Washington Umberto Cinel	Ordinárias	90.094.346	98,58%	90.094.346	98,58%
Cláudia Isabel Luciano Cinel	Ordinárias	386.919	0,42%	386.919	0,42%
Lázaro Aparecido Moreto	Preferenciais	913.952	1,00%	913.952	1,00%

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 88.544 (R\$ 88.544 em 31 de dezembro de 2020).

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20 % do capital social. Não foi constituído reserva legal em 2021 devido ao prejuízo do exercício.

Reserva de investimento

A reserva de investimento se refere ao benefício fiscal advindo da lei complementar 160/17, a qual não poderá ser distribuída aos acionistas no período inferior a cinco anos. Caso isso ocorra, a Companhia deverá tributar esta distribuição e atualizar monetariamente.

Dividendos

O estatuto social prevê que do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para Imposto de renda e Contribuição social.

Do resultado remanescente será deduzida a participação dos administradores, desde que seu total não ultrapasse nem a remuneração anual dos administradores nem a décima parte do lucro líquido apurado, prevalecendo o limite que for menor.

O lucro líquido verificado, após efetuados as deduções previstas no parágrafo anterior, terá a seguinte destinação: a) 5% para Reserva Legal, até atingir 20% do capital social; b) 25%, no mínimo, para o pagamento dos dividendos dos acionistas; c) o saldo terá o destino que for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

De acordo com as disposições estatutárias é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido de cada exercício ajustado nos termos da legislação societária e do estatuto social.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, em função do prejuízo no exercício, nenhum dividendo foi apurado.

22 Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Vendas no mercado interno	529.923	506.431
Vendas no mercado externo	66.542	52.282
Total das vendas brutas	596.465	558.713
Descontos e acordo comerciais	(18.702)	(20.072)
Devolução	(31.382)	(19.978)
Impostos incidentes sobre vendas	(33.630)	(35.709)
	<u>512.751</u>	<u>482.954</u>

O saldo das vendas brutas por produtos está demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Arroz	377.710	359.207
Feijão	171.129	169.314
Outros	47.626	30.192
	<u>596.465</u>	<u>558.713</u>

23 Gastos por natureza

	31/12/2021	31/12/2020
Custo incorridos com materiais e produtos	(419.556)	(355.930)
Salários e benefícios	(25.803)	(24.389)
Fretes e carretos	(18.321)	(17.386)
Comunicação	(323)	(414)
Comissões de vendas	(4.231)	(5.452)
Viagens e veículos	(485)	(485)
Energia elétrica	(4.992)	(5.627)
Serviços profissionais	(8.850)	(5.189)
Depreciação e amortização	(18.002)	(20.273)
Manutenção de máquinas	(3.691)	(2.992)
Comissões sobre compras	(2.722)	(3.221)
Aluguéis	(593)	(565)
Material de uso e consumo	(764)	(750)
Publicidade e propaganda	(4.059)	(4.236)
Outros	(11.446)	(8.848)
	<u>(523.838)</u>	<u>(455.757)</u>

Gastos por natureza

Classificados como:

Custos dos produtos vendidos	(445.829)	(384.234)
Despesas com vendas	(50.809)	(47.368)
Despesas administrativas e gerais	(27.200)	(24.155)
	<u>(523.838)</u>	<u>(455.757)</u>

24 Outras despesas e receitas operacionais, líquidas

Outras despesas

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões diversas	132	(897)
Baixa do custo de alienação de ativo	(28)	(39)
Outras despesas	(680)	-
	<u>(576)</u>	<u>(936)</u>

Outras receitas

	31/12/2021	31/12/2020
Alienação de ativo imobilizado	130	28
Receita de venda de sucata	101	157
Atualização monetária de depósitos judiciais	1.016	707
Outras receitas	-	113
	<u>1.247</u>	<u>1.005</u>
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	<u>671</u>	<u>69</u>

25 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras		
Juros	(14.993)	(11.348)
Multas	(7)	(16)
Despesa com variação cambial	(3.927)	(8.998)
Despesas bancárias	(1.260)	(1.728)
IOF	(742)	(653)
Impostos	(10)	(33)
Descontos concedidos	(300)	(138)
	(21.239)	(22.914)
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	55	286
Juros recebidos	35	45
Receita com variação cambial	4.648	7.632
Rendimentos de aplicações financeiras	132	308
	4.870	8.271
Resultado financeiro líquido	(16.369)	(14.643)

26 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e mensuração do valor justo

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

A norma também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para instrumentos ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Adicionalmente, não houve em 2021 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e dos passivos financeiros,

incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Os valores dos instrumentos financeiros representam uma aproximação de seus valores justos, considerando as características dos instrumentos.

31 de dezembro de 2021			
	Nota	Classificação	Valor contábil
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	9	Custo amortizado	28.024
Contas a receber de clientes	10	Custo amortizado	51.061
Adiantamento a fornecedores		Custo amortizado	2.687
Outros créditos		Custo amortizado	6.875
			<u>88.647</u>
Passivo			
Fornecedores		Outros passivos financeiros	30.276
Empréstimos e financiamentos	16	Outros passivos financeiros	134.482
Empréstimos com parte relacionada	18	Outros passivos financeiros	-
CRA a pagar	17	Outros passivos financeiros	131.733
Outras contas a pagar		Outros passivos financeiros	537
			<u>297.028</u>

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Riscos de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adotou como prática a análise das situações financeira e patrimonial dos clientes, assim como acompanhamento permanente das posições em aberto. Esse risco é avaliado como baixo, tendo em vista a concentração em clientes potenciais e da política de cobrança da Companhia.

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Contas a receber de clientes

A Companhia estabelece uma política de provisão para perdas por redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas em relação às contas a receber de clientes. Os títulos a receber das empresas ligadas não são considerados no cálculo dessa provisão.

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de

não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera e informações prospectivas (*forward-looking*).

Avaliação da perda por redução ao valor recuperável

A política de avaliação da perda por redução ao valor recuperável está demonstrada na nota explicativa 9.

A composição por vencimento desses instrumentos financeiros no final do exercício de relatório está demonstrada na nota explicativa 9.

Caixa e equivalentes de caixa e derivativos

A Companhia detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 28.024 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 81.908 em 2020). Caixa e equivalentes de caixa são mantidos principalmente com instituições financeiras de primeira linha autorizadas a funcionamento pelos órgãos reguladores oficiais (Bacen).

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou danos que podem prejudicar a reputação da Companhia.

O vencimento contratual e exposição do risco de liquidez dos passivos financeiros remanescentes no final do período de relatório, incluindo o pagamento de juros, está apresentado abaixo.

Fluxos de caixa contratuais - 31 de dezembro de 2021

<i>Em milhares de Reais</i>	Valor Contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores	30.276	30.276	28.863	1.413	-
Empréstimos e financiamentos	134.482	134.482	43.593	49.098	41.791
Empréstimos com parte relacionada	-	-	-	-	-
CRA a pagar	131.733	131.733	7.896	36.423	87.414
Outras contas a pagar	537	537	347	190	0
Total	<u>297.028</u>	<u>297.028</u>	<u>80.699</u>	<u>87.124</u>	<u>129.205</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, e taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

A Companhia não opera com derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelas políticas internas da Companhia.

Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda

diferente da moeda funcional da Companhia, que é o Real (R\$). Essas operações são denominadas principalmente em Dólar Americano (USD).

Exposição a moeda estrangeira

Os ativos e passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio registradas no balanço patrimonial estão demonstrados no quadro a seguir:

		2021	
	Taxa em exposição	Exposição (USD)	Exposição (BRL)
Contas a receber de clientes no exterior	USD	144	805
Empréstimos em moeda estrangeira	USD	(1.744)	(9.735)
Exposição líquida		(1.600)	(8.930)

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital por meio da análise de sua situação financeira e endividamento com base no índice de alavancagem financeira (dívida líquida/ patrimônio líquido), por entender que esse indicador reflete de forma mais apropriada o nível relativo de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento. A Dívida líquida é composta pelos financiamentos e empréstimos, deduzidas dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, de títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo e de aplicações financeiras de longo prazo.

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 9)	28.024	81.908
(-) Empréstimos e financiamentos (nota explicativa 15)	(134.482)	(116.845)
(-) CRA a pagar (nota explicativa 16)	(131.733)	(153.205)
(-) Empréstimos com parte relacionada (nota explicativa 17)	-	(3.500)
Caixa líquido de Empréstimos e financiamentos	(238.191)	(186.642)

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com

estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

c. Análise da sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- **Cenário Provável:** foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado ao final do exercício seguinte.
- **Cenário II:** estimativa considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.
- **Cenário III:** estimativa considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

				31 de dezembro de 2021			
	Risco	Taxa em 31/12/2021	Taxa cenário provável (a)	Exposição	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Aplicações financeiras	Queda da CDI	9,15%	12,16%	25.750	3.131	2.348	1.566
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	9,15%	12,16%	(88.665)	(10.782)	(13.477)	(16.173)
CRA	Alta da CDI	9,15%	12,16%	(139.517)	(16.965)	(21.207)	(25.448)
Efeito				(202.432)	(24.616)	(32.336)	(40.055)

- (a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado (http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-dados/market-data/cotacoes/mercado-de-derivativos/?symbol=DII).

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de câmbio:

				31 de dezembro de 2021				
	Risco	Taxa em 31/12/2021	Taxa cenário provável (a)	Exposição (USD)	Exposição (BRL)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Empréstimos e financiamentos	Alta do dólar	5,6	5,6	(1.744)	(9.735)	(9.769)	(12.211)	(14.653)
Efeito				(1.744)	(9.735)	(9.769)	(12.211)	(14.653)

- (a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado (<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>).

* * *

LAZARO APARECIDO MORETO
Presidente

WASHINGTON UMBERTO CINEL
Diretor

DANIEL ZANUTO DE MORAES
CFO

HERMERSON MONTEIRO DE SOUZA
Contador
CRC 1SP-298795/O-0